

ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: A PRÁTICA DE TUTORIAS NO ENSINO SUPERIOR

JOÃO FELIPE CAMPANARO¹; JENIFER VENDRUSCULO²; JANICE HELENA
OLIVEIRA RIBEIRO REGO³; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – joaofelipecampanaro@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jenifervendrusculo@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - janicehelenas2023@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas– alinenm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas de acessibilidade ao ensino superior para pessoas com deficiência são recentes no Brasil. Este debate vem ganhando relevância, pois os estudos voltados à área estão cada vez mais desenvolvidos, o que possibilita maior entendimento sobre cada condição, e maior possibilidade de inclusão destes indivíduos na sociedade.

A partir da constituição de 1988 começa o desenvolvimento de uma legislação que ampara cidadãos com deficiência e regulamenta sua estada no sistema de ensino (MELO & ARAUJO 2018). A Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência foi desenvolvida pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) no início dos anos 1990, e desde então, existe uma luta por tratamento digno e ético para com estas pessoas, no âmbito social e educacional (PACHECO & COSTAS, 2016).

A lei 9.394/96 regulamenta os direitos de pessoas com deficiência no exercício da educação nacional, e garante o tratamento adequando e especializado, o que gerou um gradativo aumento de matrículas no sistema de ensino. MELO & ARAUJO (2018) apontam através de dados de 2003 à 2013 do Censo da Educação, um aumento de mais de quinhentos por cento de alunos com deficiência no ensino superior.

A criação da Lei 13.409/2016 sinaliza um grande avanço no processo de inclusão das pessoas com deficiência no sistema de ensino, pois passa a dispor de cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior. Através da estruturação legislativa, são criados órgãos dentro das instituições de ensino, que garantem o acesso e estadia de alunos com necessidades especiais, dando o suporte necessário para seu bom rendimento acadêmico. CANTORANI *et al.*, (2020) conclui em seu estudo que a lei citada não ampara devidamente os alunos com deficiência no ensino superior, o que em partes, dificulta a permanência dos mesmos na universidade.

O NAI (núcleo de acessibilidade e inclusão) foi criado em 2008, como parte do Projeto Incluir do Ministério da Educação e realiza o trabalho na UFPEl, disponibilizando não só tutores, como também profissionais qualificados e uma rede de apoio que garante o bom funcionamento deste sistema.

O presente trabalho objetiva discorrer sobre a importância do programa de tutorias no ensino superior, dando ênfase ao aspecto de socialização que o aluno tutorando desenvolve junto ao aluno tutor. O embasamento é dado pela

participação do aluno no Programa de Bolsas Acadêmicas do NAI, que realiza o acompanhamento de 2 alunos desde o primeiro semestre de 2023.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica acerca do assunto, por meio de debates com Cientistas Sociais, somado à experiência obtida pelo aluno ao decorrer do semestre, com o trabalho de tutorias.

Através da revisão bibliográfica e debate com as Cientistas Sociais, foi observada a evolução da legislação abrangente ao tema, buscando a percepção de pontos chave que evidenciem a importância do trabalho de tutorias.

A experiência obtida pelo aluno tornou possível definir os pontos mais importantes e relevantes do estudo, pois possibilita compreender o NAI, assim como experienciar o trabalho de tutorias com 2 alunos. O trabalho junto aos alunos tutorandos está em execução, e é desenvolvido através de encontros semanais, somados a conversas via redes sociais, o que caracteriza encontros assíncronos.

Nas reuniões presenciais são abordados os conteúdos vistos em sala de aula, e é desenvolvido um modo de estudo funcional para o tutorando, a fim de sanar dúvidas e ajuda-lo a criar uma rotina de estudos em casa. No acompanhamento assíncrono, é realizado acompanhamento dos estudos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica permitiu entender o contexto histórico das políticas que abrangem pessoas com deficiência. PACHECO & COSTAS (2016) citam o início destas políticas na Europa, que se espalharam por Canadá, Estados Unidos e demais países. Isto denota que o Brasil desenvolveu sua legislação a partir de uma pré-existente, vinda da Europa. Apesar disto, é possível averiguar que a legislação aplicada no nosso país teve de ser adaptada às condições presentes.

De acordo com os estudos de CANTORANI *et al.*, (2020), apesar da Lei 13.409/2016 constituir diretrizes que amparam o aluno com deficiência no ensino superior, falhas ocorrem devido a falta de profissionais devidamente preparados para atender as demandas. Isto evidencia a necessidade de expandir os projetos de capacitação de profissionais assim como alunos tutores, para otimizar o trabalho e aumentar o grau de equidade do aluno no acesso ao ensino.

Ao decorrer do trabalho de tutorias foi observado que o papel dos tutores abrange a inserção do tutorando no convívio social, mesmo que minimamente. É criado junto com o tutor, uma rotina de encontros onde são conversados assuntos cotidianos, sanadas dúvidas referentes aos conteúdos vistos em sala de aula, assim como organizada uma rotina de estudos assíncronos.

A abordagem informal no tratamento tutor-tutorando cria um espaço de segurança para o tutorando se expressar, e ocasionalmente traz questões a serem trabalhadas. Um exemplo disto é a ansiedade exacerbada observada em um aluno tutorando ao decorrer do semestre. Através de conversas, foi possível identificar a necessidade de atendimento psicológico para este, pois apresentava visivelmente uma sobrecarga com as demandas do semestre, somado a questões pessoais.

Pode-se verificar que é suma importância o estímulo do tutor para que o tutorando se engaje com os demais colegas, respeitando os limites do mesmo

frente ao convívio social. Este estímulo possibilita criar laços e expandir a rede de apoio, o que muitas vezes, ajuda a ampliar a visão acadêmica.

4. CONCLUSÕES

De acordo com o histórico de desenvolvimento de políticas públicas voltadas à pessoas com deficiência no Brasil, pode-se concluir que há uma crescente evolução no quadro de participação de alunos com deficiência na rede de ensino superior. Apesar disso, o país necessita desenvolver ainda mais os programas que amparam esses alunos, para garantir um aumento na equidade no acesso ao sistema de ensino.

O aluno tutor desenvolve sobretudo o papel de colega amigo, que presta ao aluno tutorando, auxílio com os estudos assim como o ajuda com organização no que diz respeito ao semestre acadêmico.

A legislação atua com a parte técnica, com profissionais e profissionalização de alunos tutores, e os tutores com um aspecto sobretudo, humanitário, que visa garantir o bom rendimento acadêmico dos tutorandos por meio de um tratamento amigável garantindo o direito do mesmo ao convívio social e possibilitando, mesmo que parcialmente, o acesso à universidade com equidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANTORANI, J. R. H. et al. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 57-66, 2018.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, p. 151-169, 2006.